



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

LEI Nº 2.080, DE 20 DE MARÇO DE 2023

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ, A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA APROVOU E O PREFEITO SANCIONOU A SEGUINTE LEI:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Fica instituída a Política Municipal de Educação Ambiental, seus objetivos, princípios e diretrizes, através da presente Lei.

Art. 2º - A coordenação da Política Municipal de Educação Ambiental deve ser efetivada de forma conjunta pelas Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente.

Art. 3º - Caberá às Secretarias de Educação e de Meio Ambiente e aos Conselhos Municipais de Educação e de Meio Ambiente as funções de propor, analisar e aprovar a Política Municipal de Educação Ambiental e o Programa Municipal de Educação Ambiental.

Art. 4º - Entende-se como Educação Ambiental os processos permanentes de ação e reflexão individual e coletiva voltadas à construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra.

Art. 5º - A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Art. 6º - A Educação Ambiental é um processo constante de atuação direta da prática pedagógica, das relações familiares, comunitárias e dos movimentos sociais na formação da cidadania emancipatória e deve estimular a cidadania.

Art. 7º - A Educação Ambiental deve estimular o respeito às diversidades e aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre culturas.



CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 8º - São princípios que regem a Educação Ambiental em todos os níveis:

I – O enfoque humanista, sistêmico, democrático, participativo e prático.

II – A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico, o político e o cultural, sob enfoque da sustentabilidade.

III – A pluralidade e a diversidade de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multi, inter e transdisciplinaridade.

IV – A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho, a cultura, a democracia participativa e as práticas socioambientais.

V – A garantia da continuidade, permanência e articulação do processo educativo no âmbito formal e não formal.

VI – A avaliação crítica permanente do processo educativo.

VII - A abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais.

VIII – O reconhecimento, a valorização, o resgate e o respeito à pluralidade e à diversidade individual, sócio-histórica e cultural.

IX – A articulação com o princípio da gestão democrática de ensino público na educação básica, traduzido na participação das comunidades escolares e local na elaboração do projeto político pedagógico da escola e em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 9º - São objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

I – Desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, históricos, científicos, tecnológicos, culturais e éticos.

II – Garantir a democratização, a publicidade, a acessibilidade e a disseminação das informações socio ambientais.

III – Estimular e fortalecer a consciência crítica sobre as questões e problemáticas socioambientais.

IV – Incentivar a participação individual e coletiva permanente e responsável, na defesa da qualidade socioambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania, considerando o sentido de pertencimento.

V – Estimular a cooperação entre diversas regiões do Município, com vistas à construção de sociedade sustentável fundamentada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social e responsabilidade.

VI – Fomentar e fortalecer a integração entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente, tendo como perspectiva a sustentabilidade.

VII – Estimular o desenvolvimento de políticas, pesquisas e a adoção de tecnologias menos poluentes e impactantes, propondo intervenções, quando necessário.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 10 – No implemento da Política Municipal de Educação Ambiental compete:

I – Ao Poder Público Municipal:

a) Definir políticas públicas que incorporem a dimensão socioambiental;

b) Promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino;

c) Estimular e fortalecer o engajamento da sociedade na conservação, preservação, recuperação e melhoria do ambiente;

d) Promover programas de educação ambiental integrados às ações de preservação, conservação, recuperação e sustentabilidade socioambiental;

III – Às instituições de ensino, inserir a Educação Ambiental de forma transversal como estratégia de ação na concepção, elaboração e implementação de Projeto Político Pedagógico–PPP da Unidade de Ensino;

IV – Às instituições de educação superior públicas e privadas, estabelecer os meios para produção, disseminação do conhecimento e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a melhoria das condições socioambientais do Município;

V – Aos meios de comunicação e informação, incorporar a dimensão socioambiental de forma processual, transversal e contínua em todas as suas atividades;

VI – Às empresas, instituições públicas e privadas e entidades de classe:

a) promover programas destinados à sensibilização e formação dos gestores, trabalhadores e empregadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre os impactos do processo produtivo no meio ambiente;

b) desenvolver e apoiar programas e projetos voltados à educação ambiental, em parceria com a comunidade, visando a sustentabilidade local, em consonância com a Política Municipal de Educação Ambiental e o Programa Municipal de Educação Ambiental.

VII – À sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada à prevenção, identificação e à solução de problemas socioambientais, bem como o exercício do controle social sobre as ações da gestão pública;

VIII – Às organizações não governamentais, às organizações da sociedade civil de interesse público, às organizações sociais em rede, movimentos sociais e educadores em geral, propor, estimular, apoiar e desenvolver programas e projetos de educação ambiental, em consonância com o Programa Municipal de Educação Ambiental, que contribuam para a produção do conhecimento e a formação de sociedades sustentáveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 11 – A Política Municipal de Educação Ambiental será implementada por meio do Programa Municipal de Educação Ambiental a ser instituído como instrumento legal e que deverá se caracterizar por linhas de ação e estratégica.

Art. 12 – O Programa Municipal de Educação Ambiental compreenderá as atividades vinculadas à Política Municipal de Educação Ambiental desenvolvida na educação formal e não formal de forma contínua, processual, permanente e contextualizada, devendo contemplar:

- I – A formação de sujeitos para promoção da Educação Ambiental;
- II – O desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos de intervenção;
- III – O estabelecimento de critérios para produção, a divulgação e a aquisição de materiais didáticos, paradidáticos e educativos em geral;
- IV – O acompanhamento e avaliação continuada;
- V – A disponibilização permanente de informações;
- VI – O fortalecimento da Educação Ambiental no processo da gestão ambiental;
- VII – O fortalecimento da Educação Ambiental nos planos de bacia hidrográfica;
- VIII – O fortalecimento dos fóruns de participação popular;
- IX – A orientação à realização de eventos de Educação Ambiental;
- X – A consolidação de ações, programas e projetos de disseminação das informações ambientais;
- XI – A implementação e consolidação da Educação Ambiental nos diversos setores da sociedade civil organizada;
- XII – O reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural no Município;
- XIII – O fortalecimento da Educação Ambiental nas áreas protegidas e em seu entorno;
- XIV – O fortalecimento da educação ambiental na zona rural para preservação, conservação, recuperação e manejo do território, contra o uso abusivo de agrotóxicos, e incentivo ao cultivo de alimentos orgânicos.

SEÇÃO I

DA GESTÃO E DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13 – No âmbito da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os gestores deverão indicar responsáveis em seus quadros para a execução da Política Municipal de Educação Ambiental.

Art. 14 – São atribuições da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

- I – Elaborar e implementar o Sistema Municipal de Informação de Educação Ambiental;
- II – Definir diretrizes para implementação da Política Municipal de Educação Ambiental;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

III – Articular, coordenar e supervisionar planos, programas e projetos na área de Educação Ambiental, em âmbito municipal;

IV – Participar na negociação de financiamentos de planos, programas e projetos na área de Educação Ambiental;

Art. 15 – A execução da Política Municipal de Educação Ambiental ficará a cargo dos órgãos municipais de meio ambiente e educação com a colaboração das instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, dos órgãos integrantes da Administração Pública Municipal direta e indireta, além das organizações não governamentais, instituições de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 16 – Cabe à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente a responsabilidade de elaborar e implementar o Sistema Municipal de Informação de Educação Ambiental.

Art. 17 – São princípios para Sistema Municipal de Informações de Educação Ambiental:

- I – A descentralização da coleta e da produção de dados e informações;
- II – A sistematização das informações;
- III – Divulgação das informações;
- IV – Articulação com os sistemas brasileiros de informação sobre Educação Ambiental e Meio Ambiente.

Art. 18 – O Sistema Municipal de Informação de Educação Ambiental tem como objetivos:

- I – Democratizar o acesso à informação socioambiental;
- II – Reunir, tratar e divulgar informações sobre Educação Ambiental;
- III – Atualizar permanentemente as informações sobre programas, projetos e ações voltadas para a Educação Ambiental;
- IV – Subsidiar a elaboração e atualização do Programa Municipal de Educação Ambiental.

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL

Art. 19 – A Educação Ambiental na educação formal será desenvolvida no âmbito dos currículos e atividades extracurriculares das instituições de ensino públicas e privadas, englobando níveis e modalidades de ensino, a saber:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

I – Nível de ensino:

- a) Educação básica: educação infantil; ensino fundamental e ensino média;
- b) Educação superior;

II – Modalidades de ensino:

- a) Educação especial;
- b) Educação à distância;
- c) Educação à distância;
- d) Educação profissional e tecnológica;
- e) Educação de jovens e adultos;
- f) Educação do campo.

Art. 20 – A dimensão ambiental e suas relações com meio social e o natural devem ser inseridas de forma crítica, emancipatória, transformadora e prática nos currículos de formação dos profissionais de educação, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único: Os profissionais da educação em atividade devem receber formação continuada em turmas multidisciplinares a fim de que várias propostas sejam dialogadas sobre Educação Ambiental, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Municipal de Educação Ambiental.

Art. 21 – A Educação Ambiental deve ser inserida em todos os níveis e modalidades de ensino constituindo-se em uma prática educativa contínua, permanente e integrada aos projetos educacionais e incorporada ao projeto político-pedagógico das instituições de ensino.

§ 1º - A Educação Ambiental deverá ser contemplada de forma inter e transdisciplinar nos projetos políticos-pedagógicos e nos planos de desenvolvimento das instituições de ensino, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

§ 2º - A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino da educação básica e nas modalidades de Educação do campo, Educação de jovens e adultos e Educação Especial;

§ 3º - Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica;

§ 4º - Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate das práticas ambientalmente sustentáveis e da ética ambiental nas atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 22 – As instituições de ensino da rede pública e seus respectivos conselhos e instituições de ensino privadas, deverão incentivar em suas atividades práticas e teóricas:

I – A participação da comunidade da identificação dos problemas e potencialidades locais na busca de soluções sustentáveis;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

II – A participação e o fortalecimento dos coletivos organizados pela escola e pelos movimentos sociais;

III – A criação de espaços para a vivência, discussões e ações em Educação Ambiental;

Art. 23 – A Educação Ambiental no âmbito das instituições de ensino deve valorizar a história, a cultura, a diversidade e o ambiente para fortalecer as culturas locais.

SEÇÃO II

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL

Art. 24 – Entende-se por Educação Ambiental Não Formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização, mobilização e formação da coletividade sobre as questões socioambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do ambiente de forma integral.

Parágrafo único: O Poder Público, em nível municipal, incentivará e promoverá:

I – A difusão, por intermédio dos meios de comunicação em massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas socio ambientais;

II – A ampla participação, das instituições de ensino da educação básica, profissionalizante e superior e de organização não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à Educação Não Formal;

III – O apoio e a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em parceria com as instituições de ensino de educação básica, profissionalizante e superior, as organizações não governamentais;

IV – A sensibilização e a mobilização da sociedade para importância da preservação, conservação e reflorestamento do bioma mata atlântica e seus ecossistemas associados, especialmente em áreas protegidas e da bacia hidrográfica;

V – A sensibilização, mobilização e formação ambiental dos agricultores e trabalhadores rurais, inclusive nos assentamentos para as práticas agroecológicas;

VI – A implantação de atividades ligadas ao turismo sustentável;

VII – A inserção da Educação Ambiental:

a) Nas atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento, de fiscalização, de gerenciamento de resíduos, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais e de melhoria de qualidade ambiental;

b) Nas políticas econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia, de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde nos projetos financiados pelos recursos públicos e privados;

VIII – A participação e controle social na gestão dos recursos naturais, na elaboração e execução de políticas públicas;



IX – O apoio e a sensibilização para estruturação de coletivos educadores ambientais do Município, bem como a formação continuada em Educação Ambiental desses grupos;

X – O desenvolvimento de projetos ambientais sustentáveis, elaborados pelos grupos e comunicados;

XI – A formação de núcleos de estudos ambientais nas instituições públicas e privadas;

XII – O desenvolvimento da Educação Ambiental a partir dos processos metodológicos, participativos, inclusivos e abrangentes, valorizando a diversidade cultural, os saberes e especificidades de gênero e etnias;

XIII – A inserção do componente Educação Ambiental nos programas e projetos financiados por recursos públicos e oriundos da conservação de multas ambientais, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa Municipal de Educação Ambiental;

XIV – A inserção da Educação Ambiental nos conselhos municipais;

XV – A inserção da Educação Ambiental nos programas de extensão rural, priorizando as práticas agroecológicas;

XVI – A formação permanente em Educação Ambiental para agentes sociais e comunitários oriundos de diversos segmentos e movimentos sociais para atuar em programas, projetos e atividades a serem desenvolvidas em comunidades, bacias hidrográficas e Unidades de Conservação;

XVII – Os espaços públicos devem aplicar Educação Ambiental em suas ações internas e externas;

XVIII – O município deve incentivar as práticas de educação ambiental nos espaços privados, como comércio, indústrias e outros.

CAPÍTULO VI **DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Art. 25 – A alocação de recursos financeiros para o desenvolvimento e a implementação dos programas e projetos relativos à Política Municipal de Educação Ambiental manterá:

I – Conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Municipal de Educação Ambiental;

II – Prioridades da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

III – Articulação interinstitucional;

IV – Economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto;

V – Equidade entre as diferentes regiões do Município.

Art. 26 – Caberá às Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Meio Ambiente a iniciativa de incluir nos seus respectivos programas de trabalho, constantes no Plano Plurianual e do Orçamento Anual, ações de Educação Ambiental no âmbito municipal.

Art. 27 – Fica incumbido o Poder Executivo municipal garantir recursos para fomento à pesquisa, projetos e publicações em Educação Ambiental.

Art. 28 – Os recursos recebidos pelo município advindos do ICMS Ecológico que foram recebidos por ter cumprido critérios referentes a Educação Ambiental serão destinados preferencialmente para programas, projetos, ações e publicações em Educação Ambiental.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

Art. 29 – Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em nível municipal, devem alocar recursos às ações de Educação Ambiental.

**CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 30 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a editar Decreto para regulamentar a presente Lei.

Art. 31 – Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Miracema, 20 de Março 2023.

**Clóvis Tostes de Barros
Prefeito Municipal**